



ANEXO I – JUSTIFICATIVA

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo 59500.002693/2024-62e, peça 34, e-DOC D61F4180.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade (Da necessidade da contratação):

Ao optar pela contratação do sistema de conexão MPLS, a Codevasf se beneficia de uma infraestrutura de rede privada mais eficiente, segura e confiável, atendendo às crescentes demandas de comunicação entre a Sede e as Unidades Orgânicas Descentralizadas da CODEVASF, além de suportar a expansão do negócio. O MPLS oferece baixa latência e alto desempenho em comparação com outras soluções de rede, como VPNs baseadas em internet. A arquitetura MPLS permite o roteamento eficiente de pacotes, garantindo a priorização de tráfego crítico, como voz e vídeo, por meio de mecanismos de qualidade de serviço (QoS). Essa escalabilidade e capacidade de personalização são essenciais para suportar o crescimento esperado da empresa.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Para a pesquisa de preços, foi utilizada a PORTARIA SGD/ME Nº 6.432, de 15 de junho de 2021. Essa portaria estabelece o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Além disso, foram consideradas pesquisas de mercado e a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, de 5 de agosto de 2020.

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:

Serão aceitas propostas que atendam aos critérios e especificações técnicas estabelecidos no Anexo III - Especificações Técnicas para cada item deste Termo de Referência.

Quanto à pontuação das propostas, informa-se que não se aplica, pois essa situação somente é relevante em licitações que adotam o critério de julgamento Técnica e Preço.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

As exigências habilitatórias desempenham um papel crucial ao garantir que a empresa selecionada para fornecer os serviços objeto dessa licitação detenha não apenas os conhecimentos técnicos essenciais, mas também a experiência prática requerida para satisfazer as necessidades específicas da CODEVASF.

Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:

Para contratos de serviços de longo prazo, como aqueles com duração de 30 meses, é crucial estabelecer mecanismos de reajustamento e repactuação de preços para lidar com possíveis variações nos custos ao longo do tempo. Esses mecanismos visam garantir um equilíbrio financeiro justo para ambas as partes contratantes, considerando as mudanças nas condições econômicas e de mercado.

Da necessidade da contratação:

Como um órgão nacional, a Codevasf opera em um ambiente abrangente e complexo de Tecnologia da Informação (TI), onde a manutenção plena e eficiente desse ambiente é essencial para garantir o adequado desempenho de suas atividades. Isso inclui a gestão de recursos hídricos, o apoio a projetos de desenvolvimento regional e a administração de áreas de irrigação, todas cruciais para o bem-estar e o progresso das comunidades servidas pela Companhia.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) busca, em alinhamento com o mapa estratégico da Codevasf, estabelecer uma direção para contribuir com uma gestão ética e eficiente, além de promover a gestão dos serviços e recursos de TI em harmonia com as áreas de negócio da empresa. Sua missão é prover soluções em TI alinhadas aos objetivos estratégicos da Codevasf e diretrizes do Governo Federal, enquanto sua visão é ser um ator estratégico, prestando serviços de TI com qualidade e eficiência. Seus valores incluem inovação, agilidade, ética, comprometimento e competência técnica.

Para cumprir suas responsabilidades, a Unidade de Infraestrutura de TI, vinculada à Gerência de Tecnologia da Informação, oferece uma variedade de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos usuários da Codevasf. Planeja-se, então, a contratação de rede corporativa de longa distância (WAN), utilizando tecnologia MPLS (Multiprotocol Label Switching), englobando instalação e configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação e gerenciamento proativo contra falhas, em regime de empreitada integral.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

A escolha do Pregão Eletrônico para esta licitação se justifica pela sua capacidade de promover uma maior competição entre os fornecedores, garantindo a obtenção de melhores propostas e preços mais vantajosos.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Para este edital, optamos por não usar o sistema de registro de preços, pois serão adquiridos todos os itens licitados.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Não será adotado registro de preços nesta licitação, por conhecer a quantidade total dos serviços a serem contratados.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Não será adotado registro de preços nesta licitação, por conhecer a quantidade total dos serviços a serem contratados.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Dos requisitos de Qualificação Técnica:

A exigência de qualificação técnica para a empresa vencedora da licitação desempenha um papel crucial na seleção do prestador de serviços mais adequado. Essa medida não apenas assegura que a empresa possua o conhecimento e a experiência necessários para executar as tarefas conforme especificado, mas também contribui para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, ao garantir a conformidade com os requisitos técnicos e regulamentares, a qualificação técnica protege os interesses das partes envolvidas, mitigando riscos e promovendo a confiança no processo de contratação pública. Ao final, essa exigência visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficaz e responsável, resultando em benefícios tangíveis para a sociedade.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

O propósito de agrupar os itens desta licitação é contratar uma única empresa, visando simplificar a gestão, aprimorar a integração e a coerência do projeto, economizar tempo e recursos, aumentar a responsabilidade, potencialmente alcançar economias financeiras e fomentar sinergias e cooperação entre as diferentes partes envolvidas no projeto.

Permissão para Participação de Consórcios:

A logística necessária para cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

Limite do número de empresas por Consórcio:

Será admitida a participação de Consórcio de empresas, limitando-se até 3 empresas, desde que a solução técnica utilizada seja construída sobre uma única plataforma tecnológica e a empresa adjudicatária assuma a responsabilidade sobre a qualidade do serviço prestado pelo consórcio.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

A não previsão de exclusividade ou cota reservada para ME/EPP nesta licitação decorre da análise técnica que considerou a indivisibilidade do objeto licitado, que se refere à prestação do serviço em sua totalidade. Segundo o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a exclusividade para ME/EPP é obrigatória apenas quando o valor do item ou grupo é inferior ou igual a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). No presente caso, o valor estimado para o grupo/item licitado supera o referido limite, inviabilizando a adoção do regime exclusivo para ME/EPP.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela Instrução Normativa MPOG 05/2017. Esta restrição se fundamenta na necessidade de garantir a eficiência e a coerência na execução dos serviços, aspectos que poderiam ser comprometidos pela estrutura descentralizada das cooperativas.

Permissão para Subcontratação:

Será permitida a subcontratação da última milha de terceiros. No caso de subcontratação desse serviço, a contratada deverá informar a relação das operadoras e assumir inteira responsabilidade pelo funcionamento e disponibilidade desse recurso. Ver item 8.3 do Termo de Referência.

Dos critérios de reajustamento:

A utilização do IST, o que o torna uma escolha adequada e recomendada para contratos desse tipo. Incorporar o IST como referência para o reajustamento de preços permite às partes contratantes garantir uma atualização precisa e oportuna dos valores do contrato, alinhando-os às flutuações de custos no setor de Telecomunicações.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos/serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Apresentação de amostras:

Não se aplica para essa licitação.

Apresentação de Carta de Solidariedade:

Não se aplica para essa licitação.

Garantia de Execução (caução):

A exigência de caução nesse edital proporciona segurança para a Administração Pública, garantindo que o contratado cumpra suas obrigações contratuais e protegendo os interesses da CODEVASF. Além disso, a caução atua na mitigação de riscos, servindo como proteção contra inadimplência, insolvência ou incapacidade do contratado, permitindo a cobertura de custos de reparação ou compensação em caso de falha.

Intervalo Mínimo entre Lances:

Serão aceitos intervalos mínimos entre lances de 0,5%